

## CULTURA DE PAZ EM ESCOLAS PÚBLICAS NOS DIAS ATUAIS: POSSIBILIDADES E LIMITES

*Maria do Carmo Alves do Bomfim  
Maria Gessi-Leila Medeiros*

### Introdução

Cultura de Paz nas escolas é uma prática recente em escolas brasileiras. É uma prática e estudos a que nos dedicamos nos últimos quatro anos, junto a colegas do Departamento de Fundamentos da Educação e discentes do Curso de Pedagogia em atividade de Iniciação Científica e mestrandas/os do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí.

Com o objetivo de socializar reflexões pessoais e resultados de pesquisas<sup>1</sup> com outras/os pesquisadoras/es e leitoras/es, bem como contribuir para a ampliação desse debate e das práticas dele decorrentes, recorro aos fundamentos teóricos e empíricos produzidos por autores/as que vêm pesquisando esse mesmo objeto, há alguns anos (GOMES, 2002; ORTEGA e REY, 2002; JARES, 2002; BOMFIM, 2006; MATOS, 2006a; MATOS, 2006b; MATOS e NONATO JÚNIOR, 2010; NUNES, 2011; SOUSA, 2012; MACÊDO, 2012; SAMPAIO, 2012), já neste século. Porém, inspirados por Ghandi, Luther King, Dom Helder Câmara e outros. A relevância deste debate justifica-se pela possibilidade de, em se ampliando e se fortalecendo, provoca inquietações em pessoas, instituições e coletivos (movimentos juvenis, de mulheres, de afrodescen-

---

<sup>1</sup> Realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em “Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGEI” – CCE/PPGED/UFPI.

dentos, ambientais e outros) que agregam indivíduos, tendo como princípio e responsabilidade social primeira a valoração da vida pessoal e de outrem com quem se relacionam cotidianamente e com as gerações futuras.

Com tais perspectivas, discorreremos sobre pesquisas já realizadas nesse campo de estudo, suas contribuições para a formação de crianças, jovens, adultos e idosos; as possibilidades já demonstradas em espaços escolares e outras possíveis de realização da prática de Cultura de Paz em escolas públicas e privadas; as práticas de violências como limites e fronteiras de ações pela paz em espaços escolares, sem a pretensão de exaurir tal discussão.

### **Revisitando Pensamentos e Práticas de Pesquisa**

A Paz não significa quietude, passividade, ausência de voz (MATOS, 2010, p.35). A Paz é construída no enfrentamento de conflitos, implicando uma diversidade de sentimentos, cognições e práticas: de um lado, pelo exercício de escuta de si mesma e de outras pessoas sobre desejos, emoções, angústias, frustrações, buscas, realizações, aventuras, alegrias e outros sentimentos; de outro, pelo exercício de comunicar-se consigo mesmo e com os outros sobre os mesmos sentimentos na prática da escuta. Tais atitudes só ocorrem quando mediadas, mesmo em momentos de tensões, através de diálogos sinceros, abertos e solidários, alicerçados em saberes experienciais e teóricos já produzidos, cujas reflexões resultam em novos conhecimentos e atitudes, tendo como alvo a mediação de conflitos, uma alternativa à ação judicial, exigindo para isso a interferência de terceiro/s: o/s mediador/es (MORAIS; SPENGLER, 2012, p.10 e 131).

Para se construir uma prática de mediação de conflitos é preciso exercitar permanentemente o cultivo da nossa espiritualidade, por meio da meditação coletiva concretizada pelo exercício da respiração, realizada em ambiente saudável e tranquilo, guiada por sentimentos de acolhida, de tolerância, de justiça, de democracia, de solidariedade e de sustentabilidade, que são valores humanos inerentes a essa prática, para que o cotidiano escolar se transforme em comunidade de afetos (CARVALHO, 2009). Pois, como nos ensina Arora (in SAMPAIO, 2007, p.17): “[...] a meditação coletiva promove qualidade de vida, bem-estar e saúde.”

Com tais perspectivas, apontamos contribuições de autoras e autores que vêm se debruçando sobre esta causa. Neste sentido, inicio com Jares (2002) quando concebe a paz no sentido de positividade, vinculada a práticas de justiça e sustentabilidade, aos direitos humanos e a processos de construção da democracia. Por sua vez, Gomes (2002) assevera que a Paz só é possível com justiça social, afirmando que

O ser humano que não consegue viver dignamente, realizar seus sonhos de uma existência que garanta os mais elementares direitos, que vive uma situação de instabilidade e insegurança, sem condições de se alimentar, obrigatoriamente responde de diversas formas, entre as quais a violência.

Ortega e Del Rey (2002, p.41-69), ao estudarem a realidade de escolas da Espanha, buscando formas estratégicas para a melhoria das convivências como prevenção às violências nesses espaços de socialização dos indivíduos, desenharam um projeto “com o objetivo de aprender a resolver pacífica, dialogada e democraticamente os conflitos e prevenir os fenômenos de violência”, compreendendo várias fases, dentre



elas: análise do contexto e avaliação prévia das necessidades das pessoas que convivem na escola, com base no exame do clima de conflitos; planejamento e desenho das ações a serem desenvolvidas; desenvolvimento de uma linha de gestão democrática; tomada de decisões coletivas; desenho de um grupo de trabalho cooperativo e de uma linha de educação de sentimentos, atitudes e valores; desenvolvimento das atividades planejadas delineando também formas de continuidade; avaliação como processo de reflexão crítica com estímulo a uma projeção de futuro; elaboração de um relatório seguido de uma publicação da experiência vivenciada como socialização de práticas e resultados.

Bomfim (2011, p.198), em discussão sobre a construção de uma Cultura de Paz em escolas de Teresina, corroborando as ideias de Matos (2010, p.21), testemunha que:

Paz [...] não significa ausência de conflitos [...], tudo em harmonia de ideias, de atitudes e práticas. Muitas polêmicas emergem sobre ‘educar para’, ‘educar sobre’ a paz [...] Como outros conceitos o de Cultura de Paz é uma construção histórica, modificando-se conforme os contextos e as conjunturas locais, nacionais e internacionais.

Continuando sua reflexão, essa mesma autora destaca que a “Cultura de Paz nas escolas é possível!”, tendo como base o exame de experiências desenvolvidas em escolas da capital piauiense, onde são desenvolvidas atividades artísticas, desportivas, feiras culturais e científicas e outras, pois, nestas práticas

estão explícitos inúmeros valores humanos [...], sendo possível acreditar na escola pública e na construção de ações de convivência de paz entre as atrizes e atores que nela, cotidianamente, se fazem presentes. (BOMFIM *in* MATOS, 2011, p.198 e 206).

Discorrendo sobre as possibilidades de convivência humana com respeito à dignidade das pessoas, Nunes (2011, p.31) afirma que a escola

[...] é o local adequado para aprimorar o nosso potencial de vivermos juntos, de alcançarmos objetivos comuns criando habilidades de relacionamentos e de difundirmos práticas de solidariedade e de cooperação. Um dos grandes desafios da educação é buscar a autonomia dos jovens e possibilitar a construção da capacidade de relacionar-se com eles mesmos, com os outros e com o mundo.

Para concretizar essas ideias, esse mesmo autor recorre aos pilares da educação registrados no relatório da UNESCO, coordenado por Jacques Delors (1993) como desafios para o século XXI: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver”, com base nas ideias de Noleto (2008) que preconizam “a educação no sentido amplo e completo, para além dos limites da sala de aula”, evidenciando que essa práxis funda-se em princípios, valores e virtudes a serem construídos e semeados em cada criança, em cada jovem e em cada adulto com quem interagimos no espaço escolar, por meio da experiência de Justiça Restaurativa, “cujas práticas são usadas no mundo todo como meios alternativos para a resolução de conflitos de forma extrajudicial, com a participação dos envolvidos e de membros da comunidade”. Prática que deve refletir uma “filosofia que abrange um conjunto de comportamentos, procedimentos e práticas proativas” buscando a construção de “uma forte integração escola-família-comunidade”, chegando à restauração de relações pessoais rompidas, reaproximando pessoas para reconstrução de novas convivências. Realidade que exige um *continuum* de intervenções.



Macêdo (2012, p.14) em sua tese de doutorado intitulada “Juventudes, Cultura de Paz na Escola: transformando possibilidades em realidade”, afirma que

[...] nunca estivemos tão perto da paz, porém, estranhamente, ela nunca nos pareceu tão distante. Apesar dos avanços da revolução tecnológica e de toda a transformação gerada pelo mundo globalizado, a humanidade ainda não conseguiu criar uma cultura de paz. Convivemos cotidianamente com eventos de agressão, desentendimento e desrespeito entre as pessoas. Vivemos em um mundo carregado de conflitos interpessoais, locais, nacionais e globais, sendo que, em muitos casos, esses conflitos se transformam em atos de violência. Em diversos contextos isso pode ser percebido: na família, no trânsito, no trabalho, na rua, na escola.

Macêdo, ainda na mesma obra, tendo como referência os estudos de Milani (2003a), Weil (2002) e Yus (2002), reforçando a dimensão das relações interpessoais nas convivências humanas, afirma que

em todos esses espaços, que se caracterizam como espaços intersubjetivos, parecem existir dificuldades das pessoas quanto à habilidade de conviver. Uma das consequências que se pode perceber desse fato é a crescente insegurança que hoje sentimos, pois, mesmo nos lugares tradicionalmente considerados seguros como o lar e a escola, o medo parece estar sempre presente. Muitos alegam que este é o preço que o ser humano paga por viver em uma sociedade separada por classes sociais, onde as desigualdades, infelizmente, pautam as relações entre as pessoas. [...] ao mesmo tempo em que o processo de modernização trouxe-nos benefícios, também nos impôs ônus, como [...] a crescente individualização no nosso modo de ser, que nos leva [...] à indiferença ao outro.

Esse processo de individualismo imposto pelo capital neoliberal às pessoas tem fortes influências nos indivíduos,

contraditoriamente na escola. Instituição esta que, mesmo tendo como papel social cultivar valores que inspirem solidariedade e praticando cotidianamente trabalhos em grupo, muitas das vezes os concretiza de forma superficial e mecânica. Assim, Macêdo (2012, p.14) sintetiza: “Uma das heranças da modernidade, nos cinco séculos em que o ser humano se submeteu à ditadura da razão, sem dúvida, foi a fragmentação [...]”, que na escola é materializada em várias dimensões, dentre elas a cultura da divisão entre as disciplinas (áreas de conhecimento). A prática da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade orientada pelos “Temas Transversais” fica à deriva. É praticada, muitas das vezes, de maneira pontual e desconectada do conjunto das ações escolares, desenvolvidas sempre como “atividade extraclasse.”

Não obstante tais constatações, na sua pesquisa para construção de sua tese de doutoramento, Sampaio (2012, p.45) inspirada por vários autores, dentre eles Lynch (2008), [...] ressalta o valor da meditação como estratégia pedagógica implícita na proposta de Cultura de Paz na escola, utilizando uma reflexão do autor citado:

A meditação funciona. Adquire-se mais conhecimento intelectual durante o período escolar e de uma forma mais divertida. Mas o receptáculo desse conhecimento também se expande. E quando o comparamos com os resultados da educação tradicional, é como uma piada. A educação tradicional promove fatos e personagens, mas ninguém aprende a conhecer a si mesmo.

Continuando seu pensamento, Sampaio registra uma de suas práticas com os sujeitos de pesquisa, a experiência de uma oficina:

Feche os olhos. Sinta o silêncio. Não aquele que vem do entorno, recortado continuamente pelos ruídos da

cidade, do cotidiano. Encontre o silêncio dentro de você, que vem quando calam os pensamentos ruins, as preocupações, as interferências. Sua mente em sintonia com a vibração do seu coração, com o fluxo contínuo, pulsante e harmônico do sangue em todo o seu corpo, integralmente. Seu corpo todo é harmonia. Seu corpo todo é paz. Ao encontrar essa paz, por alguns breves instantes, diariamente, ela se torna uma certeza. E os ruídos do cotidiano, as interferências da vida urbana, as dissonâncias do entorno não abalarão essa certeza. A busca por essa vibração de paz por meio da prática da meditação diária é a motivação deste trabalho. E com um recorte fundamental: escolhemos observar como essa prática pode ser transformadora ao ser implantada junto à juventude e de forma coletiva.

À luz de todos esses estudos apresentados e acrescidos ao conhecimento de algumas experiências vivenciadas em escolas de Teresina, por meio de projetos em escolas públicas municipais e estaduais, acreditamos que a Cultura de Paz é possível, embora existindo certos limites como: questões burocráticas impostas pelo sistema de ensino, questões de gestão escolar, desconhecimento de problemas vivenciados por alunas e alunos por parte dos docentes, que dispõem de pouco tempo para suas aulas, até porque na formação que receberam nas universidades onde estudaram não se tratava de conteúdos dessa natureza.

### **Cotidiano Escolar e Práticas de Cultura de Paz: Possibilidades e Limites**

Por que nos preocupamos com a efetivação de Cultura de Paz na Escola? De que forma esse fenômeno vem sendo vivenciado nas escolas de Teresina? Com que objetivos ele vem se efetivando? Quais profissionais vêm se ocupando com essa tarefa? Com quais sujeitos tais profissionais dialogam mais so-

bre Cultura de Paz na escola? Que impactos decorrentes dessa prática emergem no espaço escolar, nos espaços familiares, nas igrejas, nos espaços de lazer, nos partidos políticos e em outros espaços de convivência e de socialização de pessoas?

Os estudos revisitados nas páginas anteriores revelam que a Cultura de Paz na escola, embora permeada por sérios e profundos obstáculos, vem sendo praticada em muitas cidades brasileiras, ainda que de forma lenta, restrita e em determinados casos superficial. Entretanto, há experiências exitosas que vêm se realizando em Brasília-DF, Fortaleza-CE, Sta. Maria-RS, em Teresina-PI dentre outras. Na sua grande maioria, são efetivadas, principalmente pela ação de pessoas e equipes que assumem tais práticas de forma competente, técnica e politicamente, como filosofia de vida e objeto de pesquisa, exercício de cidadania e opção profissional inspiradas por um *ethos* de esperança e de utopia em suas vidas. Há de se registrar que alguns gestores e algumas gestoras, que atuam no Ministério da Educação, de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e na escola, aderem e assumem como política pública tal proposta porque também suas visões de homem e mulher, homo e heterossexuais, visão de mundo e visão de educação coincidem com as/os concepções dos protagonistas de experiências de Cultura de Paz no ambiente escolar como extensão de suas opções de vida pessoal e profissional.

Ressaltamos que pesquisas realizadas no âmbito de Iniciação Científica, de Mestrado e Doutorado, alimentadas pela coragem e opção política de pesquisadoras/es que, “em rede” alimentam e realimentam essa filosofia de vida, como respostas às demandas de compreensão relativas às convivências escolares e necessidades de formação continuada de educadores em atuação no campo das diversidades, das diferenças cultu-



rais. Seria injusto deixar de mencionar o Projeto “Escola que Protege”, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC, cujo conteúdo reflete explicitamente o campo da Cultura de Paz nas escolas, uma vez que propicia a discussão relativa a preconceitos e discriminações vivenciados no espaço escolar, bem como a busca de apreensão de valores e práticas de superação desses problemas.

Outra iniciativa oficial refere-se aos cursos de Aperfeiçoamento “Gênero e Diversidade na Escola – GDE” e “Educação e Relações Étnicorraciais – ERER, de iniciativa da Secretaria Especial para Mulheres – SPM, Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial – SEPPIR e Ministério da Educação – MEC, coordenados pela SECADI/MEC. É preciso ressaltar que o Curso ERER já avançou para a Pós-Graduação *lato sensu*. Em ambos os cursos os conteúdos versaram sobre diversidade e desigualdade, gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnicorraciais.

Tais possibilidades têm sido permeadas por muitos limites e contradições, de um lado, materializados em questões burocráticas impostas pelo sistema de ensino e, de outro, surgem questões referentes à gestão da escola, ao desconhecimento por parte de docentes quanto aos problemas vivenciados por alunas e alunos (oriundos de suas respectivas famílias, contextos dos lugares onde moram e até mesmo do próprio espaço escolar), uma vez que dispõem de pouco tempo para trabalhar com suas turmas em sala de aula (cada uma com duração de 50 minutos), resultando, na maioria das vezes, em negligências nas dimensões do “aprender a ser” e do “aprender a conviver”, não necessariamente voluntárias.

Além desses limites, existem outros de caráter estrutural, quais sejam: o tamanho das escolas que, em sua maioria, são grandes em termos de espaço físico, acolhendo centenas de estudantes e dispondo apenas de uma equipe gestora reduzida a um/a diretor/a, uma pedagoga e poucos auxiliares de apoio técnico e administrativo; o quantitativo do corpo docente, sempre em maior número, os profissionais em grande parte, por vários determinantes (deficiências na formação, salários baixos, turmas com 30 ou mais alunos, aulas com duração de 50 minutos e parte deles e delas acometidos/as pela síndrome de *burnout*), não conseguem conhecer nem mesmo a história de vida real dos seus discentes, por conseguinte, não chegam a perceber a complexidade da vida de cada aluna, de cada aluno, em outras palavras, as singularidades dos seus discentes, dado fundamental no processo de ensinar-aprender.

Pela natureza complexa do trabalho docente que exige, além do domínio de conteúdos especializados no que tange às áreas de conhecimento tradicionais<sup>2</sup> (Português, Matemática, História, Ciências e outros) requer também o domínio de outros assuntos como o cuidado com o meio ambiente próximo e o Planeta Terra, Relações de Gênero, Sexualidade, Relações Étnicorraciais, Relações Intergeracionais, a PAZ no mundo (articulados aos primeiros), trabalhando em sala de aula estratégias metodológicas compatíveis àquelas áreas de estudo, historicamente sistematizados. Acrescidos a esses saberes, **torna-se indispensável um certo grau de conhecimento sobre a história de vida dos/as discentes e seus familiares**, o que se, razoavelmente conhecida, seria

---

<sup>2</sup> Entendidos como necessários e obrigatoriamente contínuos, mesmo com abordagens diferenciadas.

possível verificar que muitos problemas no âmbito da aprendizagem decorrem de questões psicossociais, de saúde (deficiência visual e auditiva, em muitos casos), de sexualidade e de convivência familiar, os quais exigiriam não só **estudos em equipe interdisciplinar** para compreendê-los de forma abrangente e holística, mas também desenvolvendo **práticas assumidas com abordagem nessa mesma perspectiva**, e com **dedicação de tempo suficiente para enfrentá-los**. (grifo nosso).

### Considerações Finais

A prática de Cultura de Paz na escola é e será sempre possível efetivá-la, desde que haja vontade política de um grupo de profissionais que atuam nos âmbitos da gestão, de apoio técnico-administrativo e pedagógico, articulados com outros em nível macro e comunitário, **em parceria**. Uma equipe que decida, se organize, estude e comece e/ou busque aperfeiçoar ampliar práticas que vêm realizando. No entanto, a exequibilidade da prática de Cultura de Paz exige uma decisão de componentes dos vários segmentos de trabalhadores em educação calcada em diagnóstico amplo e profundo dos problemas encontrados na escola onde trabalham, em especial aqueles relacionados às vivências entre docentes e todos os profissionais com os discentes, recursos financeiros conquistados mediante projeto específico e uma equipe treinada para tal fim e, se possível, assessorada e articulada com pesquisadoras/es desta temática, reforçando que todos precisam inspirar-se e alimentar-se em esperanças e utopias na perspectiva de construir condições objetivas e subjetivas de melhoria das convivências no espaço escolar.

Para tanto, é fundamental criar muitos momentos de estudo e reflexão individual e coletiva, por meio da prática da mediação de conflitos e outras atividades que elevem a autoestima das pessoas, que permitam o exercício de concentração pessoal, a valorização de seus sentimentos, atitudes e desejos respeitando a dignidade de cada um, cada uma, enfim respaldadas na Educação em Direitos Humanos, sendo exemplos muito promissores: a prática de Reiki nas escolas, uma ação contínua e sistemática entre escola-família-comunidade e a monitoria na prática de mediação de conflitos exercida por alunas/os treinadas/os para este fim.

## Referências

BOMFIM, Maria do Carmo A. do. Agregação de Juventudes: múltiplos olhares. In: *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. (Orgs.) Bomfim, Maria do Carmo Alves do e MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

CARVALHO, Janete Magalhães. *O cotidiano escolar como comunidade de afetos*. Petrópolis-RJ, 2009.

GOMES, Álvaro. A Banalização da Violência. In: \_\_\_\_\_. *Paz só com justiça social*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

JARES, Xesús R. *Educação para a Paz: sua teoria e sua prática*. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2002.

MACÊDO, Rosa Maria de Almeida. *Juventudes, cultura de paz na escola: transformando possibilidades em realidade*. Tese (Doutorado). Fortaleza: UFC/FACED, 2012.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Vivência de paz: o Reiki na Escola Parque 210-211 Norte. Brasília. In: BOMFIM, Maria do

Carmo Alves do e MATOS, Kelma Socorro Lopes de. (Orgs.). *Juventudes, cultura de paz e violências na escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006, p.15-32.

\_\_\_\_\_. A Paz Protege: Experiências de Paz em Escolas de Fortaleza. In: *Educação e Diversidade Cultural*. BOMFIM, Maria do Carmo Alves do, MATOS, Kelma Socorro Lopes de, GOMES, Ana Beatriz Sousa e SANTOS, Ana Célia de Sousa (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2010, p.34-45.

\_\_\_\_\_. Juventude, paz e espiritualidade: opção por uma prática ético-amorosa. In: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (Orgs.). Teresina: EDUFPI, 2006b (p.167-178). (Apresentado no IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI).

\_\_\_\_\_. A Paz Protege: Cultura de Paz, Juventudes e Docentes. In: *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Orgs. MATOS, Kelma Socorro Lopes de e NONATO JÚNIOR, Raimundo. Fortaleza: Editora UFC, 2010.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. *Meditação e Arbitragem. Alternativas à Jurisdição*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

NUNES, Antonio Ozório. *Como restaurar a paz nas escolas: um guia para Educadores*. São Paulo: Contexto, 2011.

ORTEGA, Rosário; DEL REY, Rosário. Enfrentar o Clima de Conflito. In: \_\_\_\_\_. *Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência*. Tradução de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, 2002.

SAMPAIO, Daniela Dias Furlani. *Cultura de paz, educação e meditação com jovens em escola pública de Fortaleza — Ceará*. Tese (Doutorado). Fortaleza: UFC/FACED, 2012.